

Dominação financeira e sua crise no quadro do capitalismo do conhecimento e do Estado Democrático Social

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

A CRISE financeira de 2007-2008 é a mais grave desde 1929. É uma profunda crise de confiança decorrente de uma cadeia de empréstimos originalmente imobiliários baseados em devedores insolventes que, ao levar os agentes econômicos a preferirem a liquidez e, assim, cobrarem em vez de renovarem seus créditos, está levando bancos e outras empresas financeiras à situação de quebra mesmo que elas próprias estejam solventes. Entretanto, dada a reação pronta e geralmente competente dos governos de todos os países, que compreenderam a gravidade do problema e pouco hesitaram antes de tomar medidas para aumentar a solvência e garantir a liquidez dos mercados, o pânico que tomou conta dos mercados financeiros em outubro de 2008 não é justificável. A crise financeira necessariamente envolverá recessão, implicará mudança de fortunas e, o que é mais grave, atingirá gravemente as famílias mais pobres tanto nos países ricos como nos em desenvolvimento, mas em breve a razão voltará aos mercados, as bolsas recuperarão parte de suas perdas, e as taxas cambiais voltarão a se estabilizar. Graças, portanto, ao Estado Democrático Social que vem se afirmando no mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a recessão que está começando no momento em que escrevo este artigo (outubro de 2008, logo após duas semanas de pânico nas bolsas de valores mundiais) não terá a mesma violência da depressão que resultou da crise financeira de 1929.

Para compreender a crise e tentar prever o que ocorrerá em seguida, entretanto, não basta afirmarmos que o capitalismo é um sistema econômico, além de cego para a justiça social e a proteção do ambiente, inerentemente instável. Isso é verdade, mas também é verdade que por meio do esforço secular de construção de seus respectivos Estados, as nações mais avançadas vêm procurando com êxito reduzir essa cegueira e essa instabilidade. Não obstante todos os altos e baixos, os avanços e retrocessos que as sociedades modernas vêm experimentando, o progresso econômico, social e político é indiscutível, na medida em que por meio da democracia, o Estado, aqui entendido como o sistema constitucional-legal e a organização que o garante, vem se transformando no instrumento por excelência de ação coletiva das nações. O resultado é o Estado Democrático Social construído especialmente na Europa – uma forma de Estado que o neoli-

beralismo, uma ideologia resultante da coalizão política que denomino “dominação financeira”, tentou extinguir desde o momento em que alcançou o poder no início dos anos 1980, sem entretanto lograr seu objetivo: o Estado mínimo e os mercados auto-regulados. Ao invés, essa dominação financeira, demonstrando seu caráter irracional, teve afinal como resultado a crise atual – uma crise que provavelmente determinará a perda da sua condição dominante em favor de coalizões políticas mais amplas e democráticas.

Fatos conhecidos

Há uma série de fatos que hoje estão claros a respeito dessa crise financeira. Primeiro, sabemos que é uma crise essencialmente bancária que ocorre no centro do capitalismo. Não é, portanto, uma crise financeira de balanço de pagamentos – comum entre os países em desenvolvimento que tentavam até os anos 1990 crescer com poupança externa, ou seja, com déficit em conta corrente e endividamento externo. É certo que grandes déficits em conta corrente marcaram a economia americana nesta década em combinação com grandes déficits públicos, e que esses déficits gêmeos não são estranhos à presente crise bancária; por isso a falta de confiança não é apenas nas instituições financeiras e no mercado; é também na economia americana como um todo, gravemente enfraquecida por políticas cambiais e fiscais equivocadas;¹ mas esses déficits não são a causa principal da presente crise.

Segundo, sabemos que a causa direta da crise foi a concessão de empréstimos hipotecários, de forma irresponsável, para credores que não tinham capacidade de pagar ou que não a teriam a partir do momento em que a taxa de juros começasse a subir, como de fato aconteceu. E sabemos também que esse fato não teria sido tão grave se os agentes financeiros não houvessem recorrido a irresponsáveis “inovações financeiras” para securitizar os títulos podres transformando-os em títulos AAA, e, em seguida, “garanti-los” também irresponsavelmente com o recurso *default credit swaps*. Sabemos também que as agências de risco, de um lado interessadas em agradar seus clientes, de outro, mesmerizada, como toda a sociedade, pelo aparente êxito da globalização financeira nos países ricos, especialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, não tinham condições de avaliar os riscos envolvidos.

Terceiro, sabemos que tudo isso pode ocorrer porque os sistemas financeiros nacionais foram sistematicamente desregulados desde que, em meados dos anos 1970, começou a se formar a onda ideológica neoliberal ou fundamentalista de mercado. Para o neoliberalismo, os mercados são sempre eficientes, ou, pelo menos, mais eficientes do que qualquer intervenção corretiva do Estado, e, portanto, podem perfeitamente ser auto-regulados. Para essa ideologia que, desde o governo Reagan, se transformou no instrumento do *soft power* americano, esse era o sistema econômico e mais eficiente, compatível exclusivamente com o Estado Democrático Liberal ainda dominante nos Estados Unidos. Seria o único caminho não apenas para os países ricos da Europa, que haviam cons-

truído o Estado Democrata Social, e deveriam agora desmontá-lo, mas também para os países de renda média que, como aconteceu com todos os países ricos na fase correspondente de desenvolvimento econômico, cresceram com um grau de intervenção maior do Estado, no quadro do Estado Desenvolvimentista –, e só mais tarde privatizaram e reduziram essa intervenção. De acordo com a ideologia neoliberal, a alternativa mais avançada da Europa seria “intervencionismo superado”, enquanto as estratégias nacionais de desenvolvimento dos países em desenvolvimento, “populismo terceiro-mundista”.

Quarto, sabemos que essa ideologia ultraliberal era legitimada nos Estados Unidos pela teoria econômica neoclássica – uma escola de pensamento que foi dominante entre 1870 e 1930, então entrou em crise e foi substituída pela teoria macroeconômica keynesiana que se tornou dominante nas universidades até meados dos anos 1970, e voltou à condição dominante desde então por razões essencialmente ideológicas. Economistas como Milton Friedman, James Buchanan, Mancur Olson, Robert Lucas, Kydland e Prescott apontaram suas armas teóricas contra o Estado, e se encarregaram de demonstrar “cientificamente”, matematicamente, que o credo neoliberal era correto, usando para isso os pressupostos do *homo economicus*, das “expectativas racionais”, e da “escolha racional”, e um método de pesquisa teórica hipotético-dedutivo que não pode ser dominante em uma ciência social como é a economia.

Quinto, sabemos que esse tipo de teoria econômica não foi utilizado nem pelos formuladores de política macroeconômica nos governos, nem pelos analistas da conjuntura macroeconômica nos jornais e publicações especializadas e nas empresas. Não foram utilizados porque, pragmaticamente, formuladores e analistas da política macroeconômica sabiam que a teoria neoclássica não tem nenhuma força preditiva, e também porque a própria teoria macroeconômica neoclássica reconhece esse fato ao pressupor que os mercados sejam eficientes, dispensando, portanto, qualquer política econômica, a não ser a de ajuste fiscal; o resto deve ser liberalizado, desregulado, já que os mercados seriam auto-regulados. Como os governos e os analistas precisavam orientar sua política monetária, continuaram a usar o instrumental keynesiano de forma pragmática. Os experimentos macroeconômicos neoclássicos foram reservados para os países em desenvolvimento. Já em relação à microeconomia – ou seja, à teoria do funcionamento dos mercados –, o comportamento foi outro, porque, embora a microeconomia marshalliana não constitua um modelo dos sistemas econômicos reais, é um bom instrumento para a análise de mercados desde que não pressuponhamos que esses caminham para o equilíbrio geral (Marshall, 1920).² É da microeconomia neoclássica e do seu modelo maior – o modelo de equilíbrio geral – que derivam a eficiência intrínseca e o caráter auto-regulado dos mercados. Foi, portanto, com base nessa área da teoria econômica que se promoveu irresponsavelmente a desregulação dos mercados financeiros. No caso da política macroeconômica, portanto, os países ricos liderados pelos Estados

Unidos lograram escapar de suas recomendações, reservadas aos países em desenvolvimento que aceitaram a ortodoxia convencional; não escaparam, porém, da prescrição microeconômica desreguladora – e assim acabaram por agir como o escorpião que morde sua própria cauda.

Sexto, quando vemos agora o Estado surgir em cada país como a única tábua de salvação, como o único possível porto seguro, fica evidente o absurdo da oposição entre mercado e Estado proposta pelos neoliberais e neoclássicos. Um liberal pode opor a coordenação do mercado à do Estado, mas não pode se colocar, como os liberais se colocaram, contra o Estado buscando diminuí-lo e enfraquecê-lo. O Estado é muito maior do que o mercado; é o sistema constitucional-legal e a organização que o garante; é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação. Cabe ao Estado regular e garantir o mercado, e, como vemos agora, servir de empregador de última instância.

Capitalismo profissional e Estado Social

Em meio à crise financeira global, o presidente Lula, ao receber em Toledo o prêmio Dom Quixote em 12 de outubro de 2008, declarou que este é o momento da “volta da política e do Estado”. Tem razão o presidente. Depois de trinta anos de irracionalidade neoliberal ou ultraliberal, a sociedade mundial está sendo agora obrigada a se dar conta de que a política é a expressão da liberdade humana, e o Estado, a projeção racional dessa liberdade.

Vivemos hoje na era do capitalismo do conhecimento, da globalização, da dominação financeira, mas vivemos também nos tempos do Estado Democrático Social e, portanto, da democracia. O capitalismo do conhecimento (ou profissional, ou tecnoburocrático) é o estágio do capitalismo que começa após a Segunda Guerra Mundial, no qual uma nova classe profissional trabalhando em grandes organizações públicas e privadas passa a partilhar poder e privilégio com a classe capitalista. A globalização, por sua vez, é a forma que esse capitalismo do conhecimento assumiu, depois dos trinta anos gloriosos (1945-1974); é o momento na história no qual todos os mercados se abriam e que os Estados-nação ou países passaram a ser a única unidade político-territorial soberana cobrindo toda a superfície da terra.³ O Estado Democrático Social, finalmente, é a forma de Estado ou o regime político que se tornou dominante especialmente na Europa na segunda parte do século XX, sucedendo o Estado Democrático Liberal da primeira metade desse século, e o Estado Liberal do século XIX.

O capitalismo profissional não envolve necessariamente “dominação financeira”, isto é, uma coalizão política reunindo uma “aristocracia” de agentes financeiros altamente qualificados tecnicamente com uma burguesia rentista vivendo de aluguéis, juros e dividendos, mas foi isso o que ocorreu até que a presente crise financeira, provavelmente, viesse marcar seu fim. O neoliberalismo, por sua vez, foi a ideologia que essa coalizão financeira, dominante desde os anos 1980 nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, usou para justificar seu poder e seu privilégio. A teoria econômica neoclássica, finalmente, foi a teoria

arrogante por trás do neoliberalismo e da dominação financeira, buscando demonstrar científica e matematicamente a eficiência dos mercados e seu caráter intrinsecamente auto-regulado.

Em outras palavras, durante trinta anos, uma classe de profissionais ou de *golden boys* das finanças aliou-se a acionistas capitalistas e à classe média conservadora e, empunhando a bandeira do Estado mínimo e da desregulação, alcançou a dominância ideológica primeiramente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, sob a liderança de Ronald Reagan e de Margareth Thatcher. Inspirada por intelectuais neoliberais que desde os anos 1960 vinham reduzindo a política à lógica do mercado, a nova coalizão política declarou a “guerra do mercado contra o Estado”. Buscava, assim, enfraquecer o Estado, primeiro porque era colocado em pé de igualdade com o mercado; segundo, porque poderia aproveitar essa brecha para enriquecer.

A irracionalidade da Dominação Financeira

A guerra era irracional porque, ao invés de se limitar a eventuais excessos de intervenção do Estado na economia, atacou o próprio Estado. Porque ignorava que o Estado é a instituição maior de cada sociedade – que é o resultado do esforço secular de construção política de um sistema constitucional-legal e de uma administração pública que o garanta. Ignorava que é por intermédio do Estado que os homens e as mulheres, no exercício da política, coordenam sua vida social, estabelecendo suas instituições normativas e organizacionais fundamentais, entre as quais a democracia e o mercado. O mercado se torna realmente significativo como instituição complementar na coordenação da sociedade apenas com a emergência do capitalismo. Por isso, o capitalismo será chamado de economia de mercado. A coordenação econômica de uma sociedade caracterizada por uma crescente divisão do trabalho e, portanto, por uma enorme complexidade só é possível se o Estado contar com a colaboração do mercado nessa tarefa.

Essas verdades elementares foram ignoradas pelos *golden boys* da classe profissional financeira, quase todos treinados em escolas de economia neoclássicas. Eles não compreenderam ou não quiseram compreendê-las ao pretenderem substituir o Estado Social e efetivamente regulador por mercados auto-regulados. Não era a verdade que lhes interessava, mas o ganho econômico, que foi enorme. Para se ter uma idéia, nas bolsas americanas, as empresas financeiras representavam 5,2% do valor total de mercado nelas financiados; em 2007, essa percentagem tinha se multiplicado por mais de quatro, alcançando 23,5%.⁴

Mas será mesmo necessário falar em profissionais das finanças associados a capitalistas rentistas? Não é mais simples explicar o fenômeno apenas com a classe capitalista? Não creio, entretanto, razoável essa explicação. Basta ver as remunerações extraordinárias recebidas pelos altos executivos, e, mais geralmente, pelos agentes financeiros profissionais. Em sua edição de 19 de outubro de 2008, a manchete do *Le Monde* era: “O enriquecimento dos banqueiros causa escândalo”, completada, na página 9, pelo título “Disciplinar as remunerações

colossais de Wall Street”. A matéria, além de reportar os diversos planos que os governos começam a considerar para controlá-los, informava, a título de exemplo, que em 2007 a remuneração do *chief executive officer* dos bancos Goldman Sachs, JP Morgan Chase e do Bank of America foi, respectivamente, de 53,5, 30,4 e 16,4 milhões de dólares. E informava ainda que a remuneração média dos funcionários do Goldman Sachs foi nesse ano de 662 mil dólares, enquanto a remuneração média dos trabalhadores americanos foi de 50 mil dólares. Não nos enganemos com a expressão “banqueiros” aplicadas aos três primeiros. Essa expressão não se aplica mais a membros da classe capitalista ou burguesa, que cada vez mais se torna inativa e se contenta com dividendos. Os banqueiros atuais são membros da classe profissional que galgaram suas altas posições e obtiveram suas incríveis remunerações de forma meritocrática, na medida em que se prepararam técnica e politicamente para isso. Naturalmente, seus enormes ganhos os transformam em capitalistas, mas é importante não confundi-los com uma parte deles que continua a se originar na própria classe capitalista.

A crise financeira de 2007-2008 está associada à dominação financeira, ou seja, a uma coalizão política particular que se aproveitou da globalização comercial, ou seja, da abertura de todos os mercados de bens, para lograr também a globalização financeira, e assim enriquecer. Entretanto, essa estratégia terminaria, necessariamente, em crise, porque era essencialmente irracional: porque pretendia substituir o Estado pelo mercado. Buscava, assim, contraditoriamente, voltar ao século XIX em que o Estado era mínimo, correspondendo a menos de 10% do PIB, ignorando que o Estado Social representa hoje cerca de 40% do PIB. Ao agir assim, revelava-se uma coalizão reacionária por não compreender que esse objetivo era inviável em sociedades democráticas modernas nas quais os cidadãos demandam do Estado toda uma série de serviços ou de seguranças. E – o que é mais grave – a dominação financeira não compreendeu que para coordenar as sociedades complexas de hoje – as sociedades do capitalismo do conhecimento – não bastam mercados cada vez mais eficientes: torna-se necessário um Estado cada vez mais capaz e mais democrático. Existe uma estreita relação entre o grau de desenvolvimento econômico e de complexidade de uma sociedade, e a capacidade que seu Estado deve ter de coordená-la ou regulá-la. Não é enfraquecendo, mas fortalecendo o Estado que realizamos os grandes objetivos políticos de liberdade, justiça e bem-estar. Ao não compreender essas verdades básicas, o neoliberalismo nos levou à atual da crise. Será por meio da política e do Estado que a superaremos.

Por que não se limitar a uma análise econômica?

Mas há ainda uma questão. Ao invés de discutir a dominação financeira e os *golden boys* tecnoburocráticos, não seria mais simples ficarmos com uma abordagem exclusivamente econômica, e afirmarmos que o capitalismo é intrinsecamente instável? Que as ondas de especulação e as bolhas financeiras são inerentes a ele? Ou, em outros termos, não seria melhor simplesmente repetir

com grandes economistas como Marx, Keynes, Galbraith e Minsky que, dada a cobiça dos seres humanos, o capitalismo é caracterizado pela especulação financeira e por grandes auges e correspondentes *crashes* desde a crise das tulipas na Holanda, no século XVII? Galbraith, por exemplo, em seu livro de 1979, nos fala sobre a loucura repetitiva de todas as crises:

Embora a especulação se baseie em recursos emprestados, ela precisa ser sustentada por aqueles que dela participam. Se a poupança estiver crescendo rapidamente, as pessoas irão investir um valor marginal menor na sua acumulação; elas estarão propensas a arriscar parte deste valor na expectativa de um retorno muito mais lucrativo. A especulação poderá levar mais facilmente a uma crise após um período substancial de prosperidade, do que nas fases iniciais de recuperação de uma depressão.

Não tenho nenhuma discordância em relação a essa perspectiva, cuja apresentação mais completa foi realizada por Hyman Minsky (1986). Segundo o grande economista pós-keynesiano, a instabilidade financeira é inerente ao capitalismo porque os investimentos dos empresários estão baseados nas expectativas de lucro e na disponibilidade de crédito. Esperam sempre receitas superiores aos custos, lucros superiores aos custos financeiros, mas nesse processo está envolvido um elevado risco, porque as receitas são incertas, enquanto o custo dos empréstimos é conhecido. No início do ciclo, porém, existe demanda represada e as empresas vêem confirmadas suas previsões. As posições vão se tornando cada vez mais alavancadas. Entretanto, na medida em que as empresas se endividam, elas vão se tornando cada vez mais vulneráveis a mudanças não previstas na taxa de lucro, de juros ou de câmbio. Em um dado momento, as expectativas mudam de direção, mas as empresas continuam a se endividar, agora de maneira Ponzi, apenas para pagar juros. Entretanto, no momento em que o desencontro entre o realizado e as expectativas se torna muito grande, a contração do crédito e a crise financeira se tornam inevitáveis (Minsky, 1986).

Desvio irracional

Essas análises são corretíssimas. Entretanto, para compreender a crise atual, quando eu adiciono a variável estrutural de classe social – o capitalismo do conhecimento – e uma variável política – o Estado Democrático Social – e defino a crise não apenas como uma crise financeira, mas também a crise da co-alização política estabelecida entre capitalistas rentistas e profissionais financeiros, o que estou afirmando é que existe nessa crise uma contradição que não existia nas crises do capitalismo industrial ou clássico. Neste, a figura dominante era a do capitalista individual ativo – do empresário schumpeteriano – motivado pela vontade de realização pessoal, pelo lucro, pela acumulação de capital e pelas fusões e aquisições que expandem o seu poder e demonstram seu êxito pessoal. Já era um agente “racional”, que busca os meios mais adequados para atingir o fim desejado, mas sua racionalidade além de instrumental é limitada. Conforme Keynes nos lembrou, o investimento depende não apenas da diferença entre o

lucro esperado e a taxa de juros, mas também dos *animal spirits* dos empresários. Se ficarmos apenas com esse personagem em nossa história, concluiremos que não há esperança de o capitalismo vir a se estabilizar. Que é e sempre será um sistema econômico instável.

Se, entretanto, incluirmos o profissional no quadro não apenas como dirigente da empresa, mas também da própria organização estatal, a perspectiva muda. O profissional é um técnico, é um especialista, é alguém cujo poder deriva fundamentalmente de seus conhecimentos e de sua capacidade de tomar decisões racionalmente. A cobiça também o assalta e o assombra na empresa, mas ele é teoricamente mais resistente a ela porque sabe que os controles sociais são mais poderosos. Nas organizações públicas, ele associa sua vontade de subir na hierarquia do Estado ou de ser eger com os princípios do interesse público.

Por sua vez, o quadro político do Estado Liberal é muito diferente do quadro do Estado Democrático Social. Enquanto o empresário schumpeteriano é regulado frouxamente pelo Estado Liberal, hoje os profissionais tanto privados quanto públicos operam no quadro de um Estado Democrático Social – um estado poderoso porque expressa a vontade política das três grandes classes do capitalismo contemporâneo – a capitalista, a profissional e a trabalhadora; é o resultado dos compromissos, das concessões mútuas, a que essas classes chegaram para construir um regime político democrático. Os agentes financeiros, portanto, operam hoje em ambiente político no qual a responsabilização de todos é muito maior, seja porque, formalmente, as sociedades democráticas dispõem cada uma de um Estado mais capaz do que o Estado Liberal, de um Estado dotado de grande poder de regulação e de fiscalização, seja porque informalmente toda a sociedade e a sua imprensa têm maior capacidade de controle ou responsabilização social.

O Estado, desde a intuição genial de Hegel, sempre foi a expressão da razão humana. Não porque ele seja intrinsecamente racional – sabemos perfeitamente que isso não é verdade –, mas porque o Estado é a grande construção racional em que estão envolvidas as sociedades modernas. O Estado antigo era um Estado a serviço exclusivo de uma aristocracia militar e religiosa, e a primeira forma do Estado moderno; o Estado absoluto teve essa mesma característica, mas sua duração foi pequena. Já no final do século XVII começava a ser substituído pelo Estado Liberal, que no século XIX se tornou dominante. Foi essa forma de Estado que afirmou os direitos civis ou as liberdades e garantiu o Estado de direito, mas era ainda um Estado burguês, dominado por uma minoria. No século XX, a partir da garantia de sufrágio universal, a democracia passou a ser o regime político dominante nos países mais avançados – o que significou uma ampliação considerável do pacto político por trás do Estado. O Estado deixava de ser liberal para se tornar democrático. A esse Estado Democrático, entretanto, correspondia ainda uma democracia de elites no termos descritos por Schumpeter (1950): as nações ou sociedades civis dos Estados-nação mo-

dermos passaram a ser coordenadas pelo Estado Democrático que, na segunda metade do século, se tornou Estado Democrático Social. Esta forma de Estado foi o resultado de um longo e difícil processo histórico; foi o resultado da política, essa aqui entendida como o exercício da liberdade para organizar o Estado e governá-lo de acordo com o interesse público. Sua tarefa foi a de regular o capitalismo – um novo e poderoso sistema econômico coordenado pelo mercado, um tigre forte, flexível e dinâmico, mas cego para os grandes objetivos políticos da modernidade: a segurança, a liberdade, o bem-estar, a justiça social e a proteção da natureza. A política e a sua construção – o Estado Democrático Social – foram a resposta encontrada.

Por essas razões, seria razoável pensar que o mundo já teria condições políticas de evitar uma crise como essa que estamos atravessando. Como, porém, essa previsão não se revelou verdadeira, não obstante todo o avanço social (representado pela emergência da classe média profissional) e político (representado pelo Estado Democrático Social); como a dominação financeira, usando a ideologia neoliberal e a teoria econômica neoclássica como sistema de legitimação ou justificação, logrou assumir o poder no Estado Democrático e aumentar de forma extraordinária sua participação no excedente econômico produzido pelo capitalismo, devemos concluir que ela própria, e a crise que produziu, não é a tendência geral do desenvolvimento capitalista, como muitos afirmaram, mas um desvio; é antes uma anomalia, uma irracionalidade, do que a regra. É o resultado de uma coalizão política perversa – a dominação financeira – que uniu em uma aventura reacionária um setor da classe profissional (os profissionais ou *golden boys* financeiros) à classe capitalista. Não é uma fase histórica do capitalismo como são o capitalismo profissional e a globalização, mas um retrocesso irracional que provou ter vida curta. A dominação financeira, por meio do consenso de Washington ou da ortodoxia convencional, como prefiro denominar, causou grandes prejuízos aos países em desenvolvimento que adotaram seus conselhos e pressões. Afinal, entretanto, essa coalizão política não poupou os países ricos – especialmente aqueles que mais se deixaram encantar pelo neoliberalismo e mais se envolveram na especulação financeira irracional que resultou na crise financeira de 2007-2008.

Conclusão

O que esperar para o futuro próximo? Qualquer previsão é arriscada, mas, em meio à turbulência da crise, devemos lembrar que o restante da classe profissional, os capitalistas mais orientados para a produção e os trabalhadores não perderam a cabeça. O enfraquecimento do Estado almejado pelo neoliberalismo não foi bem-sucedido a não ser em alguns países mais pobres⁵ e nos países de renda média latino-americanos como o Brasil. Fracassou nos próprios países ricos, onde o Estado Social não foi desmantelado, e a carga tributária não foi diminuída mas ligeiramente aumentada nos últimos trinta anos, e nos países dinâmicos da Ásia que mantiveram seu Estado Desenvolvimentista. Agora, os

Estados que as respectivas nações construíram em cada país são a única e grande fonte de segurança para todos. Seus políticos, que também se deixaram levar pelo canto da sercia neoliberal, já compreenderam o erro em que incidiram e, preocupados saudavelmente com suas reeleições, estão tomando medidas de curto prazo – e logo estarão tomando medidas também estruturais – para corrigir o problema. Uma ampla reestruturação do sistema de governança financeira mundial está em marcha.

Os agentes econômicos, amedrontados, não obstante, estão resistindo a recuperar a confiança, apesar das medidas fortes que os governos estão tomando em todo o mundo. Dois fatores, além da própria gravidade da crise, contribuíam para a profundidade da desconfiança no momento em que escrevo este trabalho: de um lado, o enfraquecimento da hegemonia americana nos anos 2000 não apenas em razão dos déficits gêmeos, mas também da guerra do Iraque, dos abusos contra os direitos humanos, e da instrumentação da democracia como forma de dominação; de outro, um erro grave e pontual cometido pelo Tesouro americano: não ter salvo o Lehman Brothers. Bancos grandes não podem ir à falência; o risco de crise sistêmica é muito grande. Foi a partir dessa decisão que o quadro financeiro mundial entrou em franca deterioração. O salvamento da AIG no dia seguinte, o pacote de 700 bilhões de dólares para dar solvência aos bancos, a decisão da Grã-Bretanha e depois da área Euro e dos Estados Unidos de capitalizar os bancos, nacionalizando-os parcial e provisoriamente, e as garantias dadas aos depositantes, além do aumento forte da liquidez, e as baixas dos juros coordenadas mostram que, no quadro da globalização, as nações estão sendo capazes de montar um sistema político e de coordenar suas ações, mas ainda não lograram devolver estabilidade aos sistemas financeiros.

A resistência dos mercados financeiros às ações dos governos é uma demonstração de sua irracionalidade – de seu clássico comportamento reflexivo e de manada. Mas, afinal, a confiança voltará, e a crise ficará na história. Deixará graves cicatrizes para os Estados Unidos, que não se revelou à altura do poder hegemônico que alcançou em 1989, a partir do colapso da União Soviética, e foi a origem da crise. Implicará prejuízos para todos, mesmo recessão nos países ricos durante provavelmente cerca de dois anos. Mas não teremos nada parecido com a depressão dos anos 1930, porque, naquela época, o governo americano demorou quase quatro anos para agir. Agora, usando instrumentos keynesianos e pragmáticos, não apenas o governo americano, mas todos os governos relevantes financeiramente estão agindo imediatamente, e com força. E são governos que têm por trás de si Estados fortes, democráticos, dotados de legitimidade política e de recursos fiscais vultosos. Não há razão para que não sejam, afinal, bem-sucedidos, e a confiança seja recuperada.

Notas

1 Discuti essa questão em Bresser-Pereira (2007).

- 2 Observe-se que Marshall – o único grande economista neoclássico – adotou o método hipotético-dedutivo, mas o fez para desenvolver uma microeconomia instrumental, apropriada para compreender abstratamente mercados, e apenas um instrumento para uma análise macroeconômica dos sistemas reais. Sobre esse tema, ver Bresser-Pereira (s. d.)
- 3 Ou seja, terminou o tempo dos impérios. Estes são a unidade político-territorial por excelência das sociedades pré-capitalistas, ou sociedades agrário-letradas, como argumentou Ernest Gellner (1983), mas, durante especialmente o século XIX, uma forma transitória de imperialismo já nos quadros do capitalismo da qual a expressão maior foi o Império Britânico.
- 4 Cf. *The Economist*, 18 de outubro de 2008, p.76.
- 5 Sobre o enfraquecimento dos países pobres pelo neoliberalismo, ver o livro do conservador (mas não neoliberal) americano Francis Fukuyama (2004).

Referências bibliográficas

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Economia política da desgovernança global. *Estudos Econômicos*, v.37, n.3, p.463-86, 2007.
- _____. The two methods and the hard core of economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, s. d. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br>>.
- FUKUYAMA, F. *Construção de Estados: governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- GALBRAITH, J. K. *The Great Crash 1929*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1979. p.170.
- GELLNER, E. *Nations and nationalism*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- MARSHALL, A. *Principles of economics*. 8.ed. London: Macmillan, 1920.
- MINSKY, H. M. *Stabilizing an unstable economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- SCHUMPETER, J. *Socialism, capitalism, and democracy*. 3.ed. New York: Harper & Brothers, 1950.

Luiz Carlos Bresser-Pereira é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. @ – lcbresser@uol.com.br / www.bresserpereira.org.br

Recebido em 22.10.2008 e aceito em 23.10.2008.